

# **COMISSÃO AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO N°        DE 2019.**

**(Do Sr. Frei Anastácio Ribeiro)**

Requer a realização de audiência pública para debater acerca da interdição e intervenção administrativa na Superintendência Regional do INCRA (SR18) na Paraíba.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, depois de ouvido o plenário desta comissão, a realização de audiência pública para debater acerca da interdição e intervenção administrativa na Superintendência Regional do INCRA (SR18) na Paraíba, com os seguintes convidados:

- **Tereza Cristina** - Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- **João Carlos Jesus Correia** - Presidente do Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária – INCRA.
- Representante do Ministério Público do Trabalho, do Estado da Paraíba.

## **JUSTIFICAÇÃO**

No dia 12 de março de 2019, o Ministério Público do Trabalho, do Estado da Paraíba interditou diversas partes da estrutura da Superintendência Regional do INCRA (SR18) na Paraíba. Segundo o Ministério Público do Trabalho, há precarização clara das condições de trabalho provocadas pelas péssimas estruturas físicas.

Além disso, os servidores da Superintendência Regional na Paraíba decidiram em Assembleia Geral, realizada no dia 14 de março do corrente ano, que o Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Regional deva intervir, de imediato, na administração da autarquia, diante de várias irregularidades apontadas por eles. Ainda apontam os servidores que somente dois setores, bem como o de Recursos Humanos e o de Desenvolvimento encontram-se em funcionamento.

## **COMISSÃO AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Entre os motivos do pedido de intervenção, por parte dos servidores eles elencaram "o clima de animosidade que já ocorria na Superintendência e que se acirrou após a interdição; total falta de gestão e controle no uso indevido e inadequado dos equipamentos e veículos da Superintendência, com grande parte da frota sem condições satisfatórias de uso; licenciamento atrasado e gastos com combustíveis em atividades não relacionadas aos trabalhos do INCRA".

Inclusive, eles destacam que houve até operação deflagrada em agosto de 2018, com mandados de busca e apreensão na sede da Superintendência e nas residências do superintendente e de outros chefes da gestão.

Esse assunto foi amplamente divulgado pela imprensa local e que, segundo os servidores constrange todos eles e maculam a imagem da instituição perante a sociedade paraibana.

Além disso, é de suma importância que esta comissão saiba qual o plano de trabalho para as políticas fundiárias no País, bem como qual o papel do Ministério diante da situação precária que vem vivendo o Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária - INCRA, principalmente o da Paraíba, e, para isso justificasse a presença da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, que é a responsável pela pasta uma vez que o INCRA foi vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no novo plano de trabalho do governo federal.

Portanto, precisamos ouvir da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Senhora Tereza Cristina, e do atual Presidente do Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária – INCRA, quais foram às providências tomadas, diante dos acontecimentos que vem gerando um mal estar na política agrária do estado da Paraíba, assim como de outros estados. Precisamos também avaliar quais as soluções para as ameaças que o desmonte da Superintendência Regional da Paraíba vem acarretando aos funcionários do órgão, bem como na desestruturação das políticas vitais do instituto que entre elas encontram-se o serviço de democratização de acesso a terra, a participação social, a fiscalização da função social, a qualificação dos assentamentos, a titulação das comunidades quilombolas e a regularização fundiária que diretamente está sendo prejudicada e conseqüentemente foi desestabilizada no estado da Paraíba. Não podemos nos esquecer de que a Superintendência cumpre um importante papel no progresso social e econômico ao povo paraibano.

Por essas razões, apresentamos o presente requerimento.

**COMISSÃO AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Sala da Comissão, em 27 de março de 2019.

**Frei Anastácio Ribeiro**

Deputado Federal PT/PB